



Políticas de Comunicação e Novas Ruralidades: A recepção das propostas de turismo rural da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ladjane Milfont RAMEH¹
João Paulo da SILVA²

Resumo

O trabalho analisa a recepção das propostas de turismo rural da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelos técnicos extensionistas do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. A pesquisa se apoia nas teorias sobre os estudos de recepção em contextos populares, tendo como principal expoente na América Latina Martín-Barbero, ao analisar as mediações culturais. Foram utilizadas técnicas combinadas de análise de dados, como análise documental e roteiro de entrevista semi-estruturada. Os resultados indicam que a forma como esses técnicos estão se apropriado da proposta da Pnater ainda é incipiente, o que dificulta a gestão do desenvolvimento local nas comunidades rurais com potencial turístico.

Palavras-chave: comunicação; recepção; extensão rural; turismo rural.

Introdução

Nas últimas décadas, significativas transformações vêm ocorrendo no campo. Mudanças nas atividades econômicas, nas práticas culturais, nas relações sociais e nos usos dos recursos naturais vêm criando no meio rural um cenário bastante complexo e que não pode mais ser observado a partir de olhares que reduzem o campo ao espaço onde se desenvolve o setor primário da economia. Como observa Abramovay (2003, p. 13), é necessário “[...] que se encare o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vão sair produtos agropecuários”.

Desta maneira, em meio às novas opções de atuação no meio rural, as atividades de lazer - com destaque para o turismo – surgem como grandes promessas de geração de empregos para a mão-de-obra local, com potencial de diminuir o êxodo rural dos jovens e de estimular uma série de atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, inerentes ao

¹ Bacharel em Turismo, Especialista em História das Artes pela UFRPE, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da UFRPE. Professora da Faculdade Pernambucana – FAPE e da Faculdade Integrada do Recife – FACIPE. E-mail: ladjanerameh@bol.com.br.

² Bacharel em Turismo, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da UFRPE. E-mail: turismo.joao@gmail.com.



contexto rural. Além disso, Ruschmann (2004, p. 65) nos lembra que “ao atrair fluxos de pessoas de outros espaços econômicos, o turismo rural estimula o consumo nas áreas onde ocorre, desencadeando o tradicional efeito multiplicador da atividade turística”.

Acontece, entretanto, que ao procurar diversificar suas possibilidades de geração de renda, a população rural - sobretudo a que vive da agricultura familiar - se depara com dificuldades de diversas ordens. Nesse contexto, as novas ruralidades aparecem como saída produtiva para o desenvolvimento rural. É nessa perspectiva que está sendo proposto o turismo rural como alternativa não-agrícola de emprego e renda para as populações de contextos rurais.

É através do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural que o governo brasileiro se faz presente junto à população que vive e produz em regime de economia familiar. Tal serviço se propõe a “viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (BRASIL, 2004, p. 3).

Diante da nova dinâmica que vem se desenhando no meio rural brasileiro, o serviço público de Extensão Rural passa a ter um novo papel e se propõe a ser um importante instrumento a serviço da construção de um novo modelo de desenvolvimento no campo.

Visando aperfeiçoar o processo de implementação da Política Nacional de Ater (Pnater) e do Sistema Brasileiro de Descentralização de Ater (Sibrater) nas diversas áreas, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) organizou, no fim de 2007, Redes Temáticas de Ater em todo o país. As Redes Temáticas surgiram com o papel de estabelecer uma articulação entre as empresas estaduais de Ater e a SAF, criando oportunidades de troca de experiências. (BRASIL, 2004).

Entre essas Redes existe uma intitulada “Turismo na Agricultura Familiar”. A criação desta Rede se deu a partir da constatação da importância das atividades não-agrícolas na composição da renda de milhares de agricultores familiares e do reconhecimento do turismo como atividade capaz de gerar emprego e renda, além de possibilitar agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais por meio do resgate do modo de vida camponês. (BRASIL, 2004).

Em Pernambuco o órgão responsável pela execução das ações propostas pela Política Nacional de Ater é o Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. O IPA foi criado em 1935 e hoje se volta para a pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e



serviços agropecuários incorporando as atividades de assistência técnica, extensão rural e de infra-estrutura hídrica. (PERNAMBUCO, 2009).

A partir da compreensão do serviço de Ater como um esforço para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, acreditando no turismo rural como um elemento significativo nesse processo e considerando que a Pnater se materializa a partir das ações nos estados e do trabalho desenvolvido pelos extensionistas nos municípios, o presente estudo se volta à análise das apropriações dos técnicos do IPA com relação às propostas de turismo rural desencadeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Nesse sentido é que se pretende analisar a recepção das propostas de turismo rural da Pnater pelos extensionistas pernambucanos. Especificamente, busca-se compreender de que forma os técnicos do IPA estão se apropriando da política e como os mesmos estão aplicando as diretrizes propostas no espaço rural.

Os extensionistas foram escolhidos por se tratar de um público formado por profissionais comprometidos com a gestão do desenvolvimento local no meio rural, além de serem considerados multiplicadores das propostas da Pnater, que inclui o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como o turismo rural.

A pesquisa

O aporte teórico-metodológico da pesquisa fundamenta-se nos estudos de recepção, numa perspectiva latino-americana. Martín-Barbero (1997) afirma que estudar recepção é entender o processo comunicativo de um outro lugar, o das práticas culturais. Assim, passa-se a considerar a recepção como início e não como fim do processo de significação. A comunicação analisada do ponto de vista da recepção entende a cultura como uma das categorias centrais e para seu estudo procura tomá-la também em sua dinâmica.

Segundo Paulino (2001), ajudam na compreensão do que se passa no processo comunicacional e como essa comunicação ganha sentido, a partir da sujeitização do receptor. Assim, estudar a recepção significa reconhecer que o receptor é um sujeito e não um objeto no processo comunicativo. Cabe a ele produzir sentido. Deste modo, há dois sujeitos no processo comunicativo: o emissor e o receptor. Nesta relação entre eles, surge o papel das mediações.



Para Tauk Santos e Nascimento (2006), a recepção é entendida como um processo em que existe um contrato de comunicação proposto por organizações governamentais, organizações não-governamentais ou a mídia e uma determinada população. No caso desse trabalho, esse contrato de comunicação é estabelecido entre o MDA, através da Política de Ater, e os técnicos do IPA enquanto receptores / multiplicadores da proposta.

O estudo foi dividido em três etapas. Em um primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica acerca das temáticas aqui discutidas. Em um segundo momento, foi analisada a proposta do emissor - a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – enfatizando as diretrizes e as políticas setoriais no Estado de Pernambuco que estimulam o desenvolvimento do turismo rural. Por fim, foram identificadas e analisadas as apropriações dos técnicos do IPA, multiplicadores das propostas de turismo rural em Pernambuco.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada. Quanto aos entrevistados, dois deles encontram-se lotados na sede do IPA, em Recife, e os demais atuam em seis diferentes municípios do Estado de Pernambuco. Além disso, cinco possuem formação em nível superior e três possuem formação em nível médio.

Os roteiros semi-estruturados foram compostos por perguntas abertas, estando divididos em três blocos:

- **Identificação:** no qual procuramos situar o entrevistado, de acordo com sua formação, função, tempo de atuação e trabalho que desenvolve na extensão rural;
- **Conhecimento das propostas da Pnater:** onde buscamos observar a compreensão do entrevistado acerca de questões como público-alvo, atividades agrícolas e não agrícolas na nova Pnater. Além da percepção da relação entre proposta e prática da Pnater no estado/município onde atuam;
- **Turismo rural:** neste bloco objetivamos identificar as opiniões dos entrevistados a respeito da atividade turística na agricultura familiar, bem como detectar que ações vêm sendo desenvolvidas pelo IPA para desenvolver o turismo em Pernambuco.



A Pnater e as novas ruralidades

Em 2003, depois de vários anos de abandono, o país volta a ter uma Política de Ater e novamente destina recursos financeiros para apoiar as ações do setor (CAPORAL, 2006). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), passa então a ser responsável pelas atividades de Ater - que antes eram de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Nesse período, para nortear suas ações, o MDA lançou a nova a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e retomou as atividades com as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural governamentais e não governamentais, organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, instituições de ensino formal e informal, em todos os estados, além dos diversos setores do Governo Federal. Este novo arranjo institucional em torno dos serviços de Ater aos agricultores familiares passa a ser denominado de Sistema Descentralizado de Ater Pública (Sibrater), que tem como principal atribuição implementar a Pnater. (BRASIL, 2008).

A construção da nova Pnater surge a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde³ e dos problemas evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater que se baseavam no difusionismo. Na tentativa de não cometer os mesmos erros do passado, a Política foi pensada para dar voz aos diversos atores envolvidos e desde a concepção do instrumento a opinião dos principais interessados foi ouvida. Vejamos como se deu esse processo:

[a criação da nova Pnater surgiu a partir da] articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. (BRASIL, 2004, p. 3).

³ Modelo baseado na intensiva utilização de sementes modificadas geneticamente, insumos industriais e práticas agrícolas mecanizadas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970, porém acarretaram graves problemas, como: a degradação ambiental, o endividamento dos pequenos agricultores, o aumento da concentração fundiária e a dependência de sementes modificadas e tecnologias importadas.



Com a nova Ater, nasce a promessa da oferta de um instrumento novo e capaz de contribuir, decisivamente, para a construção de outro modelo de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar melhores condições de vida para a população rural e urbana. (BRASIL, 2004, p. 3)

Observamos entre os princípios e diretrizes que orientam a Política Nacional de Ater a preocupação com práticas que conduzam ao desenvolvimento local, como podemos ver nesse trecho da proposta:

[...] os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004, p. 6).

Vemos na citação acima a preocupação com os princípios do desenvolvimento local, que consiste na transformação social sustentável, a partir dos recursos locais, que conta com a participação efetiva dos atores envolvidos (JESUS, 2003).

Em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. (BRASIL, 2004, p. 3).

Outra preocupação da política é com a dificuldade de acesso às informações que muitas vezes faz com que as populações de contextos populares fiquem alheias às possibilidades de desenvolvimento existentes. Para contribuir com a mudança desse quadro, a Pnater traz entre seus princípios a preocupação em:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2004, p. 7).

Ao apresentar esse princípio, a Pnater nos lembra que os extensionistas devem exercer um papel de educadores e entre suas atribuições deve estar a busca, em parceria com os atores locais, de mudanças, que a nosso ver só podem acontecer a partir da ampliação do acesso das pessoas à informação. Facilitando o acesso das populações à



informação, os serviços de Ater estariam contribuindo para o exercício da cidadania nas comunidades onde atuam.

Além disso, enquanto política pública setorial voltada para a construção do desenvolvimento local sustentável, espera-se um esforço da Pnater no sentido de se articular com outras políticas públicas setoriais contribuindo com a operacionalização de ações que valorizem não só a produção agrícolas, mas também, as formas produtivas não-agrícolas.

Por essa razão é que, entre outros aspectos, essa nova política propõe que o trabalho da Ater pública auxilie na viabilização de “estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural”. (BRASIL, 2004, p. 6). É nesse sentido, que o rural não pode mais ser pensado como um espaço tomado exclusivamente pelas atividades agrícolas, que se engendra o fenômeno das novas ruralidades.

Para a efetivação dessas estratégias é necessário contar com políticas públicas setoriais, que dão suporte à Pnater na questão do turismo rural. As principais políticas, existentes em Pernambuco, que apóiam o desenvolvimento do turismo rural são Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco - Promata, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur/NE.

O Promata tem como finalidade principal apoiar o desenvolvimento sustentável da Mesorregião da Mata de Pernambuco, tendo por base o conceito de desenvolvimento territorial integrado e possui como uma de suas prioridades o desenvolvimento do turismo no meio rural como promotor do desenvolvimento local. Já o Prodetur/NE é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas.

Pnater e turismo rural

A atual Política de Ater traz nas suas diretrizes o incentivo à produção não-agrícola como alternativa ao desemprego no campo. Desse modo, ressaltamos a importância do turismo rural enquanto atividade não-agrícola que pode favorecer a gestão do desenvolvimento local, na medida em que estimula a geração de emprego e renda e exige a participação popular no seu planejamento, para que se torne sustentável.



Ao assegurando esse processo, a Política de Ater contribui para aproximação entre a agricultura familiar e o turismo rural, uma vez que ela se destina aos pequenos agricultores.

O turismo rural, segundo definição do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR é uma atividade desenvolvida no meio rural, comprometida com a produção agropecuária e com a melhoria da qualidade de vida das populações de contextos populares, valorizando seu patrimônio ambiental e cultural. (EMBRATUR, 2009).

As ações da Pnater voltadas para o desenvolvimento do turismo rural estão concentradas através da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF). Trata-se de um programa do Governo Federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida. São responsáveis, de forma integrada, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente. (MDA, 2009).

A Rede TRAF funciona como um mecanismo de promoção das políticas do MDA no que tange ao desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar. Dessa articulação fazem parte: técnicos, instituições e empreendedores ligados ao setor de turismo. Segundo MDA (2009), o turismo rural é uma prioridade do Ministério para os próximos anos e passou a ser apresentado como uma alternativa para a diversificação do trabalho rural e de geração de renda para os pequenos produtores.

Através dessa Rede, o Governo Federal tem investido em capacitação da mão-de-obra, na qualificação da infra-estrutura das propriedades rurais e na divulgação de roteiros turísticos desenvolvidos no âmbito das regiões identificadas com potencial turístico. Além disso, existem linhas especiais de crédito, assistência técnica, incentivos a agroindustrialização e ao desenvolvimento sustentável. (MDA, 2009).

Conforme MDA (2009), os princípios básicos que norteiam o Programa são os seguintes:

- A prática do associativismo;
- A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;



- A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- O estabelecimento das parcerias institucionais;
- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

Esse programa objetiva promover o desenvolvimento local mediante o incentivo e fortalecimento das atividades turísticas no âmbito da agricultura familiar, associado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida.

Em Pernambuco, a implementação das propostas de Ater voltadas ao desenvolvimento do turismo rural está sob a responsabilidade do Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA.

Os técnicos do IPA e o turismo rural

O turismo rural, de acordo com o que foi discutido anteriormente, está sendo contemplado pela Pnater. Alguns extensionistas fizeram questão de mencionar a Rede Temática de Turismo Rural na Agricultura Familiar, demonstrando um bom conhecimento sobre as políticas setoriais que apóiam o desenvolvimento da atividade. Contudo, podemos observar na fala de alguns técnicos que o artesanato é o único alvo das ações de intervenção, deixando de lado outras atividades que fazem parte do turismo rural:

O plano de ação principal é o melhoramento da qualidade do artesanato. Depois, aumentar a variedade dos produtos e depois a comercialização. (Extensionista 02)



A gente já pensa em desenvolver um artesanato e depois há uma possibilidade de fazer uma feirinha, uma coisa, uma visita... Envolver a prefeitura, chamar a prefeitura na comunidade, e ela bancar uma visita de turismo numa dessas festas que a prefeitura promove. A gente pensa nisso assim pra frente... Ou trazer o pessoal para uma das festas também, trazer o artesanato do pessoal para a festa. Isso é uma das coisas. A outra é interiorizar levar o povo para ver lá na comunidade. (Extensionista 03).

Embora seja considerada uma importante atividade não-agrícola, alguns entrevistados demonstraram conhecer de forma superficial o conceito de turismo rural, como pode ser observado nas falas: “Atividades turísticas desenvolvidas no meio rural associadas com o modo de vida do homem do campo” (Extensionista 04). “Uma rota que se faz dentro de certas propriedades que tem algo para oferecer aos turistas” (Extensionista 02). Um dos técnicos ainda tentou ser mais completo na sua resposta, mas se confunde em alguns momentos:

É aquele turismo que os turistas vão à zona rural e percebem o que é a zona rural. Entram em contato com os agricultores, usufruem do clima, da paisagem, da... o que tem plantado ali ele pode comprar, se tiver banho, eles podem também tomar um banho. Tem uma diferença entre ecoturismo e turismo rural... eu não sei bem dizer qual é. Mas eu acredito que o turismo rural é este que você vai tem contato com as pessoas, pode almoçar lá, que você conhece a realidade do campo. Faz a troca de experiências. (Extensionista 03).

O turismo rural, tomando como base o conceito do Instituto Brasileiro de Turismo e da Rede Temática de Turismo Rural na Agricultura Familiar da Pnater, é considerado numa perspectiva mais ampla, incorporando atividades diversificadas. Essas atividades devem estabelecer um comprometimento com as atividades primárias, na medida em que o turismo rural também garante o fortalecimento da agricultura familiar, pois agrega valor à produção e diversifica a renda da família (EMBRATUR, 2009).

Apesar da confusão feita em alguns momentos com relação ao conceito de turismo rural, percebe-se, entre alguns extensionistas, o reconhecimento dessa atividade como uma importante desencadeadora do desenvolvimento local. Nesse momento, a maioria fez questão de mencionar o forte potencial do turismo como gerador de trabalho e renda para a população do campo. Um dos entrevistados ainda contextualizou:

A questão do turismo rural na agricultura família é onde você consegue concentrar interesses comuns: interesse agricultor familiar em receber, ou o empreendimento familiar receber pessoas pra conhecer aquele recinto deles e vivenciar aquele dia-a-dia, onde eles tenham uma qualidade de recepção,



onde você tenha um pouco de conforto, onde você consiga ter estadia pelo menos durante um dia. Em Caruaru tem um restaurante e a gente foi dar uma olhada lá e infelizmente ele não se caracteriza como um agricultor familiar porque a família dele não está exclusivamente naquele meio... mas aí ele consegue produzir alguma coisa naquela terra, ele tem uma renda boa dali. (Entrevistado 07).

Porém, existem aqueles que possuem total desconhecimento acerca da importância do turismo rural, tão pouco o reconhecem como uma atividade não-agrícola que tem transformado significativamente a dinâmica rural no Brasil e, sobretudo, em Pernambuco.

Este grupo de entrevistados apenas limita o turismo rural a presença de produção de artesanato nas comunidades, como fica claro na fala: “Não sei o turismo se está também como não agrícola. Mas essa parte de artesanato rural essas coisas a gente considera como não agrícola” (Extensionista 02). Sabe-se que o turismo rural é uma atividade mais ampla que envolve não só o artesanato, mas também toda forma de produção familiar existente no meio rural, bem como atividades ligadas ao ecoturismo, ao turismo de aventura, à gastronomia, à hotelaria, à história e ao patrimônio cultural, etc. (ALMEIDA; RIEDL, 2002).

Analisando o caso acima, um extensionista tenta explicar essa visão distorcida sobre o turismo rural: “[...] nem todo extensionista tem a visão do turismo. Tudo gira muito em torno da política [Pnater], e isso complica bastante. Geralmente as ações que são feitas no município são a pedido de políticos” e ainda completa: “Em geral não estamos tão preparados pra trabalhar com turismo rural”. Outro entrevistado finaliza, de forma categórica: “Eu tenho que estudar”.

Outro aspecto apontado na entrevista é a falta da capacitação e treinamento dos mesmos para atuar no desenvolvimento do turismo rural. Eles reclamam da falta de logística existente hoje no IPA para atender a demanda para o turismo rural e da falta de conhecimento dos próprios técnicos para atuarem com a atividade, isto porque “[...] não foram treinados para isso”, como reconhece o extensionista. Outro entrevistado ainda relata uma situação inusitada que vivenciou como técnico:

Comecei a trabalhar na rede temática de turismo sem ter participado de treinamento. E assim que assumi o cargo, tive que ministrar um curso de turismo rural para 25 extensionistas. Eu não sabia nada sobre turismo e tive que me preparar, correr atrás, pesquisar na Internet. (Extensionista 01).



O turismo rural é uma atividade sistêmica, que exige uma constante atualização teórica e prática. Por isso, entendemos que trabalhar com o turismo rural de maneira amadora e sem os conhecimentos necessários apreendidos prejudica de forma irreversível o agricultor, uma vez que este absorve um discurso institucional carregado de conhecimentos inoperantes através do trabalho de alguns técnicos que se quer buscam compreender melhor o turismo rural na sua totalidade.

Os entrevistados também se queixaram de que não estão obtendo o apoio necessário do IPA para atender a demanda de agricultores interessados em se tornar empreendedores de turismo rural. Essa questão pode ser observada na fala abaixo:

A gente é sobrecarregado com o trabalho. Se a gente for dar só ênfase ao turismo rural vai deixar de dar ênfase a outros trabalhos do IPA. Se tivesse técnico sobrando, um técnico ficaria exclusivamente pra ver essa parte do turismo rural nas comunidades (Extensionista 07).

Nesse caso, ao que parece o turismo rural ainda não é visto com a devida importância pelo IPA, que por sua vez, reproduz esse discurso para alguns técnicos, como o citado anteriormente. A carência de profissionais que se dediquem exclusivamente ao desenvolvimento do turismo rural é apontado como o principal problema a ser enfrentado, como afirma a entrevistada a seguir:

A gente não está conseguindo por falta de recursos humanos mesmo. Em nível de sede só tem eu e [...], que somos articuladoras do turismo na agricultura familiar, que foi um pacote que nos foi entregue assim, de imediato, quando não é da área da especificidade da gente, a gente teve uma preparação diferente. (Extensionista 02).

Mesmo diante dessa dificuldade, esta extensionista demonstrou interesse em se apropriar das propostas de turismo rural, buscando outros meios para adquirir conhecimento:

Mas aí a gente teve um jogo de cintura e começou a buscar escolas, universidades, livros, peritos no assunto, participar da rede temática de turismo na agricultura familiar, encontros junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria da Agricultura Familiar e a gente começou a desenvolver esse trabalho sob orientação e coordenação do Ministério e da própria Secretaria de Turismo a nível estadual. (Extensionista 02).

Percebe-se, a partir das últimas falas, que o turismo rural ainda é apresentado a esses técnicos na forma de “pacotes prontos”, reproduzindo o discurso da extensão rural que marcou os anos 50 e 60, quando a atividade se consolidou no Brasil como difusora



de tecnologia no campo. O turismo rural, na verdade, deve ser uma atividade planejada e desenvolvida não para os agricultores, mas sim, com eles, através de processos comunicacionais para o desenvolvimento. Dessa forma, será possível promover o desenvolvimento local no meio rural através da atividade turística como um instrumento de inclusão, mobilização e participação popular. Entretanto, para que os extensionistas possam atuar como animadores desse processo é necessário que tenham acesso ao conhecimento sobre a atividade turística.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a recepção das propostas de turismo rural da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que representam atualmente os agentes multiplicadores da proposta governamental nas comunidades rurais do interior pernambucano.

A primeira dificuldade encontrada refere-se à maneira como esses técnicos estão se apropriando da Pnater. Alguns afirmaram não ter conhecimento de suas diretrizes e outros apresentaram um entendimento bastante superficial da política.

Percebe-se que são poucos os técnicos que de fato compreendem e se articulam com as diretrizes da Pnater. Quando isso ocorre, fica claro que se trata de uma iniciativa do próprio técnico em se apropriar das questões políticas e técnicas que permeiam os processos de extensão rural na contemporaneidade. É importante ressaltar que, no caso desses extensionistas, a preocupação com a formação acadêmica é evidente, visto que além de cursos superiores alguns possuem especialização e mestrado. Nesse sentido, ressalta-se a importância de investir na formação dos técnicos, que podem transformar a visão que têm da extensão rural como processo difusionista e excludente.

Outra dificuldade passa pelo conceito de turismo rural que está sendo proposto pela Pnater e a forma com que os técnicos entrevistados estão se apropriando desse conceito. A Pnater, a partir de sua Rede Temática de Turismo Rural na Agricultura Familiar, considera a atividade dentro de uma perspectiva ampla e sistêmica, reconhecendo a necessidade de se trabalhar os diversos segmentos produtivos no meio rural, e não apenas um ou outro. Para a maioria dos técnicos, entretanto, o turismo rural se limita à exploração do artesanato, o que reduz as possibilidades de aproveitamento das demais potencialidades endógenas das comunidades assistidas.



Isso se dá em grande medida em função da falta de qualificação profissional de alguns extensionistas para atuarem com o desenvolvimento do turismo rural. Muitos se queixaram da falta de apoio institucional e da logística que hoje é disponibilizada para a execução das propostas da Pnater nos municípios.

Como foi discutido aqui neste trabalho, a atual Política de Ater foi pensada para dar voz aos atores envolvidos, evitando cometer os mesmo erros do passado, quando o modelo difusionista era a pauta da vez. Porém, com a apropriação ainda incipiente das propostas da nova Política, os técnicos do IPA dificilmente terão práticas diferenciadas daquelas que no passado provocaram tantos prejuízos às populações do campo.

A nova perspectiva da Extensão Rural aponta para a necessidade da formação de educadores, que atuem de forma dialógica no campo e como verdadeiros gestores do desenvolvimento local. Apesar deste princípio se fazer presente nas diretrizes da Pnater, percebe-se que pouco mudou desde a época dos pacotes tecnológicos.

Isso afeta diretamente o desenvolvimento do turismo rural em Pernambuco, que vem se pautando na transformação de antigos engenhos de cana-de-açúcar em grandes complexos de lazer no meio rural que, em sua maioria, exclui os pequenos produtores e beneficia os grandes empresários do Agronegócio. É preciso voltar-se para a agricultura de base familiar, pois esse segmento pode representar um forte potencial turístico para o Estado de Pernambuco e, principalmente, uma forma de revitalizar regiões agrícolas remotas. Para isso, é necessário, primeiro, mobilizar os extensionistas de Pernambuco no sentido de melhorar as suas condições de trabalho e garantir uma melhor apropriação dos mesmos com relação às políticas públicas que contemplam e incentivam o turismo rural como importante atividade não-agrícola.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Joaquim A.; RIEDL, Mário. **Turismo rural: tendência e sustentabilidade**. Santa Catarina: Edunisc, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada de projetos de Ater – 2008**. In: http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/ater/Chamada%202008%20%20Pop%20Indigenas_Oficial_Prorrogado.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2008.



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. In: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>. Acesso em 23 de julho de 2009.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. In: www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708510075.doc, acesso em 03 de julho de 2009.

PAULINO, Roseli A. Fígaro. **Comunicação e trabalho: estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

PERNAMBUCO. **Instituto Agrônomo de Pernambuco** – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. Recife. Governo de Pernambuco, 2009. Disponível em: <<http://www.ipa.br/ipa.php?id=1>>. Acesso em 28 maio 2009.

PERNAMBUCO. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: Governo de Pernambuco, 2008. Disponível em: <<http://www.promata.pe.gov.br/internas/turismo/index.asp>>. Acesso em 07 set. 2008.

REIS, Leôncio José de Almeida; STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil**. Revista Licere, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV11N02_a5.pdf>. Acesso em: 06 set. 2008.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo: uma visão empresarial**. Barueri, SP: Manole, 2004.

TAUK-SANTOS, Maria Salett; NASCIMENTO, Marta Rocha do. Desvendando o mapa noturno: análise da perspectiva das mediações nos estudos de recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org). **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.